



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



EM QUESTÃO ERRO VS. ACERTO: O RESPEITO ÀS DIFERENÇAS LINGUÍSTICAS

Amilton Flávio Coleta Leal¹
Cristiane Pereira dos Santos

PPGL/UNEMAT

Dr^a Valéria Faria Cardoso-Carvalho²

Dr. Dercir Pedro de Oliveira (convidado)

PPGL- UNEMAT/PROPP-UFMS

Não existe língua melhor que a outra. Não existe língua melhor ou superior. A língua, por si só, basta para a sociedade.

Parafraseando Edward Sapir (1921)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central discutir a questão de erro vs. acerto no contexto educacional, tendo em vista que a teoria que fundamenta este trabalho é a Sociolinguística, segundo a qual a língua é absolutamente maleável e, portanto, estuda todo tipo de variação linguística. Deste modo, dado a heterogeneidade da/na língua, propomos refletir sobre a questão do respeito às diferenças linguísticas, uma vez que quando pensamos a Escola, enquanto instituição legítima e comprometida com o ensino normativo da língua, tem-se, portanto, a questão da exclusão. Excluem-se os alunos que não dominam as várias formas de linguagem, a destacar, a padrão. Nesse sentido, para Orlandi (2002), o preconceito é de natureza histórico-social e se rege por relações de poder (...). O que pretendemos, a luz da Teoria da Sociolinguística, é criar um campo de reflexão sobre a questão do respeito à essas diferenças linguísticas, vista como um jogo político que abrange, além das relações sociais e linguísticas, o contexto da sala de aula, que por sua vez, gera o preconceito linguístico. Através dos resultados obtidos a partir das análises, percebe-se que, quando se trata especificamente do contexto de sala de aula, notadamente o uso da gramática embasado apenas na questão do **erro x acerto** ocorre de maneira diferenciada na visão dos professores entrevistados, uma vez que os resultados apontam de maneira massiva, que o ensino assíduo da gramática não possibilita aos alunos capacidade de relacionar, interpretar e compreender determinados assuntos, bem como uma boa produção escrita, visto que essas são características fundamentais no processo de ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística, heterogeneidade linguística, escola, preconceito linguístico.

ABSTRACT: This article aims to discuss the central issue of error vs. hit in the educational context, given that the theory behind this work is to Sociolinguistics, according to which the language is quite malleable and therefore studying all kinds of linguistic variation. Thus, given the heterogeneity of / in language, we propose to reflect on the question of respect for linguistic differences, since when we think of the school as an institution committed to the legitimate and normative teaching of the language has, therefore, the question exclusion. This excludes students who do not master the various forms of language, to emphasize the

¹ Mestrandos em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² Professores orientadores da disciplina Introdução à Sociolinguística.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



pattern. Accordingly, for Orlandi (2002), the bias is of historical-social and is governed by power relations (...). What we want in the Theory of Sociolinguistics, is to create a field of reflection on the issue of respect for these linguistic differences, seen as a political game which covers, in addition to social and linguistic context of the classroom, which in turn, generates the language bias. The results obtained from the analyzes, it is clear that when it comes specifically the context of the classroom, especially the use of grammar grounded only on the question of the error x hit occurs differently in view of the teachers interviewed once the results point so massive, that the teaching of grammar does not allow assiduous students ability to relate, interpret and understand certain subjects, as well as good written production, as these are key features in the process of teaching / learning.

KEYWORDS CHAVE: Sociolinguistic, linguistic heterogeneity, school, language bias.

Introdução

A partir do processo de democratização na Educação, ocorrido na década de 60, o ensino obrigou o poder público a ampliar quantitativamente o número de escolas em todo o Brasil. Esse acontecimento histórico permitiu que chegassem às escolas crianças e jovens de diferentes camadas populares e dos diferentes estratos da sociedade, com linguagens diversas e variadas. Isso contribuiu significativamente, para que ocorresse uma ruptura no modelo tradicional de ensino da língua e inaugurou-se uma nova maneira de se conceber e ensinar a língua portuguesa. Estamos, portanto, falando da língua coloquial e cotidiana, dos usos regionais, enfim das inúmeras possibilidades de se praticar a língua. Sabemos que a única aceita e legitimada é a formal (padrão, culta) aquela que se aprende na escola, fundada nas normas gramaticais e referenciada na escrita. O que pretendemos para este trabalho é refletir sobre a possibilidade de não conceber apenas essa língua normativa, uma vez que a homogeneidade da língua formal é algo imaginário, pois ela também varia. Diante disso, abrimos tal possibilidade de reflexão do “respeito às diferenças linguísticas” não no sentido de “abolir” a “língua de elite”, aquela concebida historicamente, como já fora dito, mas considerar ambas as possibilidades, dependendo do contexto de uso, ou das situações de fala e/ou escrita.

A partir da década de 60/70, com o crescente número de alunos nas escolas, houve-se também a necessidade de multiplicá-las em um pequeno espaço de tempo. Em decorrência de tal fato histórico, houve uma descentralização hierárquica da elite, onde apenas os mais ricos tinham acesso à informação e ao conhecimento. Passaram a existir dentro do contexto escolar todos os níveis sociais, isto é, alunos de todas as classes e esferas sociais encontram-se num mesmo ambiente de aprendizagem: **a escola**. Esta, vista aqui, como instituição legítima de ensino, passa a considerar essas novas formas de falar, com linguagens diferentes. Fala-se, então em diferenças linguísticas.

Nesse ponto, interessa-nos discorrer um pouco sobre o início da década de 70, momento em que surge a Sociolinguística no Brasil, com o objetivo principal de afirmar que “dominar a língua não é dominar a língua formal/culta” Dominar a língua, para essa vertente da Linguística, é saber as variedades. Nota-se, deste modo, que essa “tímida” disciplina surgia para alertar sobre outro tipo de preconceito na sociedade: **o preconceito linguístico**³.

Notadamente, os estudos sociolinguísticos são uma contribuição valiosa para quebrar com o preconceito linguístico e relativizar a imaginária noção de erro vs. acerto. A Sociolinguística, nesse viés, busca definir e analisar o fenômeno variável, trazendo uma *visão heterogênea da língua*, diferente dos estudos estruturalistas e gerativistas que viam a língua a partir de uma visão homogênea. No entanto, tomamos como ponto de partida às nossas análises a concepção de que **não** há homogeneidade na língua, mas um conjunto de variedades.

1- AS ATITUDES NUMA ABORDAGEM SÓCIO (LINGUÍSTICA)

Eugenio Coseriu (1979) elaborou um estudo, no qual diz que a norma é e também está na/para a variedade linguística. Para ele, a variedade são regras que não estão inscritas num modelo gramatical. Sendo assim, as variedades são aceitáveis, porém há uma concepção gramatical e tradicionalmente histórica, isto é, há uma forma institucionalizada que impõe a questão de que apenas uma única língua é, de fato, correta, deixando assim, as variedades de fora, à margem. Isso decorre naquilo que chamamos de uma atitude que confronta na concepção de certo vs. errado. Por outro lado, e ainda contribuindo com a ideia, Faraco (2005) nos apresenta a contribuição do linguista alemão Schleicher, que influenciado pelos estudos darwinianos, compreende a língua como um organismo vivo em constante evolução. Portanto, está em constante mudança e variação. O que fica fora da norma culta está variando. Temos, na consideração desses dois linguistas, a compreensão de que a língua não é estática nem homogênea, mas um fenômeno variável, concebido numa perspectiva heterogênea.

A Sociolinguística, de fato, é o tratamento científico da diversidade/variedade linguística. Portanto, ela considera que a variedade não é um sistema linguístico deficiente, inferior, etc. Seu objeto de estudo se

³ O preconceito e a conseqüente discriminação atravessam as classes sociais, gêneros, faixas etárias, grupos políticos, movimentos socioeconômicos, entre outros.

baseia nas diferentes formas de falar, isto é, a diversidade, a variação. Neste ponto, é importante afirmar que os critérios de avaliação da língua são, eminentemente, políticos e não linguísticos: **daí a questão do desprestígio à variedade**. Sendo assim, uma das vertentes dessa área de pesquisa é a possibilidade de investigação das **atitudes linguísticas** de uma determinada comunidade, visto que a mesma teoria busca compreender os fatores de variação e mudança linguística.

Entretanto, toda variante, é tomada como falha, como erro. Em outras palavras *reconstrução do sentido, da língua, do texto*. É nesse ponto que nos deteremos no nosso objetivo central para este trabalho. Portanto, quando nos referimos à questão da variedade da norma culta, nas palavras da linguista Eni Orlandi, procura-se o fantasma de uma língua primitiva cujo traço essencial é a perfeição, a regularidade perfeita (Orlandi, 2012, p.83), mostrando-nos que a heterogeneidade é pertencente da/na língua.

Falar de atitudes linguísticas é considerar as atitudes que o próprio falante faz sobre a língua, isto é, os julgamentos, as avaliações. E esses julgamentos são feitos a partir do falante e não da língua. Isso gera o preconceito linguístico, a intolerância, e a rejeição linguística. Negar o valor de um dialeto é uma atitude que não tem mais lugar em uma época em que se luta tanto pelo respeito aos direitos humanos, a fim de evitar qualquer tipo de discriminação e preconceito.

Segundo Marcos Bagno (2006) o preconceito linguístico tem íntima relação com a confusão criada entre língua e gramática normativa, ou seja, “a língua é um enorme iceberg flutuando no mar do tempo, e a gramática normativa é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível dele, a chamada norma culta” (Bagno, *op.cit*, p. 9-10 – Grifos do autor). A questão aqui não é de eleição para nomear a melhor ou a pior, pois a norma culta tem, indiscutivelmente, o seu valor e importância, no entanto, não cabe uma aplicação a todo resto da língua. E é essa “aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera nessa ideologia causadora do preconceito linguístico” (*idem*, p.10).

Há variantes que são estigmatizadas, desprestigiadas, ou seja, ficam marcadas e postas à margem. Essas são, notadamente, as não-padrão. A variação que uma língua apresenta de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada são denominadas de variedades linguísticas. De modo geral, é formada por dois grandes grupos: a norma culta, que é a língua-padrão e tem maior prestígio social; e a norma popular, ou língua não-padrão considerada de menor prestígio e também rotulada como inferior e “errada”. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) compreende a variação



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



enquanto elemento constitutivo das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa.

Nesse sentido, a escola precisa abrir espaço para as variantes linguísticas, extinguindo, assim, a prática docente que se volta para as variedades mais prestigiadas socialmente (norma culta), em detrimento das variantes de menor prestígio (Cardoso, 2003). Tal posicionamento se faz necessário para formar um falante competente (que utiliza a língua de forma heterogênea) e, sobretudo, para preparar os alunos para os mais diversos momentos com que irão se deparar, como é o caso do Enem e das provas de vestibular.

A questão do prestígio linguístico e da sua contraparte, o preconceito linguístico, é um dos temas mais afetos à pesquisa sociolinguística. Conforme enfatiza Alkmin,

A variedade padrão de uma comunidade não é, como o senso comum faz crer, a língua por excelência posta em circulação, da qual os falantes se apropriam como podem ou são capazes. A variedade padrão é o resultado de uma atitude social ante a língua, que se traduz pela seleção de um dos modos de falar entre os vários existentes na comunidade e pelo estabelecimento de um conjunto de normas que definem o modo ‘correto’ de falar. Tradicionalmente, o melhor modo de falar e as regras do bom uso correspondem aos hábitos linguísticos de grupos socialmente dominantes. Nas sociedades de tradição ocidental, a variedade padrão, historicamente, coincide com a variedade falada pelas classes sociais altas, pelo habitante de núcleos urbanos e pelos centros do poder econômico e do sistema cultural predominante. (2002, p.40)

Uma das conclusões apontadas pela pesquisa sociolinguística, conforme Labov é a de que se a escola falha, a comunidade pode exercer uma função educativa considerável. A ação da comunidade como educadora se verifica em condições muito particulares: quando falantes de dialetos desprestigiados lidam e negociam com falantes de dialetos prestigiados, eles, inconscientemente, adquirem as regras linguísticas que a própria escola falhou em ensinar.

Cumprir a função de ensinar bem a língua portuguesa é necessário antes de tudo ter formação e conhecimento acerca do assunto, para saber lidar com os vários mitos e preconceitos que circundam o processo de ensino/aprendizagem da oralidade e da escrita. E dentre eles cabe destacar a ideia de “erro”, logo, a escola precisa livrar-se desse mito, pois tal crença produz “uma prática de mutilação cultural” que desvaloriza “a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes”. Além disso, “se ignora um princípio elementar relativo ao desenvolvimento da linguagem: o domínio de outras modalidades de fala e dos padrões de escrita” (Portela, 2004).



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Na luta contra o preconceito linguístico, é o professor, o principal instrumento para dentro da sala de aula refletir sobre os usos reais de falas, a partir do que os próprios alunos utilizam com frequência para propor um aprendizado de língua portuguesa menos maçante e mais prazeroso, no sentido de compreender o que se fala e escreve e ainda o que se ouve e ler. Quando o risível sair de cena e deixar aparecer a necessidade de pensar a língua enquanto uso, aí sim as aulas de português deixarão de ser sessões de puro tédio e regras lançadas ao ventilador. Discutir a língua é também compreender os espaços sociais que cada um ocupa, não para rotulações ou classificações hierárquicas, mas para perceber que o homem com sua língua não está fora dos contextos sociais. (*idem*, 2004).

2- UM ENSAIO DE ANÁLISE A RESPEITO DA QUESTÃO DO ERRO VS. ACERTO

Para dar endosso ao nosso trabalho de pesquisa a respeito das atitudes e do respeito à variedade linguística no contexto de sala de aula, propomos utilizar uma pesquisa realizada na graduação (5º semestre) na disciplina de Sociolinguística, ministrada pela professora Dr^a. Leila J. Bisinoto. Esta entrevista conta com um questionário composto de quatro perguntas, que foram direcionadas à duas professoras de Língua Portuguesa do Ensino Médio, da Escola Estadual Padre Tiago, Mirassol D´ Oeste – MT. (ver anexo).

Como ponto de partida para nossa análise e para uma primeira reflexão acerca do assunto, tomaremos a primeira pergunta - Qual é o seu conceito de erro e acerto em relação ao ensino da língua? Você costuma fazer correções? Como? Em relação a esta pergunta, notamos que a Prof^{a1} cria outra categoria para a questão do termo *certo e errado*, qual seja *adequado e inadequado*. Entendemos, que na resposta da P¹ para a questão, fica evidente que a mesma entende que, língua e sociedade estão ligadas entre si de maneira inquestionável, porém fica implícito em sua resposta que, quando necessário faz correção gramatical na fala e na escrita de seus alunos, e rotula essas correções como erros ou desvios da norma culta, esquecendo-se de que em nosso país há uma heterogeneidade linguística. Na fala da Prof^{a2} por sua vez, observamos um desvio de sua resposta em relação à pergunta que lhe foi proposta, pois ela não se posiciona nem favorável nem contrária em relação a correção gramatical na oralidade, mas entende que é papel da escola levar o educando conhecer/reconhecer a norma culta da língua portuguesa, e que muitos de seus colegas que trabalham com o ensino de língua materna não reconhece essa importância.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



Quando nos referimos à questão (Você acha possível conciliar o ensino da língua com o respeito às variedades linguísticas dos alunos? Como você lida com isso?), a P¹ entende que é necessário/possível inserir o ensino da língua padrão juntamente com a variedade linguística, mas está ainda muito focada em questões que se referem apenas a preparar o educando as provas de vestibular e Enem, esquecendo-se de que é papel da escola sim preparar seus alunos para tais provas, mas também lhe mostrar quando uma forma ou outra deve ser utilizada, fazendo adequação ao nível de formalidade, situação, ou estilo, por exemplo. Quanto a P² sua posição é totalmente a favor do ensino da variedade não padrão e ainda lembra que não há certo ou errado na oralidade, mas isso irá depender do ambiente em que está inserido. Sendo assim, a referida informante deixa expresso em sua fala que é preciso ir além das regras gramaticais, fazendo com que os alunos sejam capazes de um processo reflexivo.

Passando para as duas últimas questões fazemos a seguinte reflexão: a divergência de opinião das professoras em relação à terceira pergunta nos mostra que, quando se trata do ensino da língua, ainda há certa disparidade entre os professores tradicionalistas que seguem à risca o ensino da gramática e aqueles, que de certa forma, não abandonam a gramática, mas também não a adota como único instrumento de ensino. Estes últimos são os chamados “radicais” em relação ao ensino da língua. Para tanto, considerar as opiniões desses educadores é abrir caminho àquilo que estamos comumente discutindo ao longo deste trabalho: **erro vs. acerto**. Pois, ter uma acepção da gramática como a única ferramenta de ensino é, portanto, dar imaginariamente, credibilidade, visibilidade e legitimidade à questões relacionadas ao certo e ao errado, o que, certamente contribuirá para as atitudes linguísticas e, posteriormente, o preconceito linguístico.

Não menos importante que a terceira pergunta, a resposta à quarta pergunta do questionário nos coloca em situação de reflexão, uma vez que ambas professoras compartilham a mesma ideia em relação à formação dos professores no que diz respeito ao ensino e o respeito às diferenças linguísticas. Tal fato nos faz retomar aquilo que já citamos anteriormente a respeito dos PCNs (1998), que nos afirma que a variação na língua ocorre em todos os níveis sociais. Segundo o Documento, ela (a variedade linguística) sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. E diante disso, acreditamos, conforme a resposta dos P¹ e P² que ainda há uma lacuna a ser preenchida na formação dos professores acerca do conhecimento e domínio de questões relacionadas ao preconceito linguístico e as atitudes frente a ideia de erro vs. acerto.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



A respeito das variedades linguísticas notamos, com a resposta da P² de que há certa resistência, isto é, muitos professores, principalmente, os de formação mais antiga, continuam com os velhos paradigmas, de ensinar a pura gramática, acreditando ser ela o ensino da língua. Neste ponto, há uma diversidade de opiniões, pois este é um assunto bem complexo, porém não estamos afirmando que a resposta dada pela outra professora (P¹) seja uma inverdade. É neste ponto (de ensinar a pura gramática) que acreditamos estar o grande “vilão” do chamado *erro vs. acerto*.

Algumas considerações

Esperamos, com este artigo, ter levantado alguns aspectos de relevo que possam ter a virtude de demonstrar, ainda que muito brevemente, a pertinência da abordagem sociolinguística para a explicação e a compreensão do problema da avaliação linguística que subjaz à questão do prestígio e do preconceito linguísticos, uma das metas a que se propõe a agenda da pesquisa sobre os usos variáveis e funcionais da língua e sobre a mudança linguística.

A partir dos dados coletados, pudemos perceber que as professoras entrevistadas tiveram, de certa forma, um pouco de divergência em suas respostas. Percebe-se no contexto geral, que a P¹ tem uma visão diferenciada do que é o ensino de gramática do que a P². Grosso modo, acreditamos, que esta tenha realmente atingido o nível de conhecimento das perguntas, pois suas respostas foram sempre arraigadas de conceitos teóricos e isso justifica o conhecimento acerca do assunto. Com a resposta da P² confirmamos que o ensino assíduo da gramática não possibilita ao aluno capacidade de relacionar, interpretar e compreender determinados assuntos, bem como uma boa produção escrita. Nesse sentido, não há nada de tão concreto em se ensinar a pura gramática.

Terminamos esse nosso trabalho de pesquisa com uma frase de uma das professoras entrevistadas: “É através da leitura assídua que se aprende a gramática automaticamente”.

REFERÊNCIAS



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013



ALKMIN, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à linguística – domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 106p.

CARDOSO, Sílvia H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Edusp, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica*. São Paulo: Ática. 2005.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PORTELA, Girlene Lima. Contribuições da linguística textual para o ensino-aprendizagem da leitura/escrita. *A cor das Letras*. Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Nº 5 – 2004. p. 75 – 90.

ANEXO

QUESTIONÁRIO/RESPOSTAS

1- Qual é o seu conceito de erro e acerto em relação ao ensino da língua? Você costuma fazer correções? Como?

P¹: O conceito de erro e acerto é algo muito (importante) e complexo, pois não se fala mais em certo ou errado, mas em adequado e inadequado em relação ao contexto que define tal situação. Na escola, o educando está em uma situação que exige o uso da língua de forma adequada, e se ele utiliza-se do inadequado, cabe ao professor dar a oportunidade de aprender e ensinar algo com as dificuldades do educando. Neste momento, o professor tem que mostrar que tudo depende do contexto do uso da língua. Contudo, deve mostrar o termo adequado ao aluno para que ele aprenda.

P²: Há uma grande distância/diferença entre o que se aprende nas Universidades do que se ensina nas escolas. Esta precisa exercer o papel em que o aluno internalize e não decore aquelas regras gramaticais. Pois aquele aluno que lê, conseqüentemente escreve bem. E isso é o uso automático da gramática. A leitura gera produção. Não há um objetivo concreto em estudar unicamente a gramática. O ENEM é um exemplo claro em que o que se cobra é uma grande capacidade de interpretação. Diante disso, podemos perceber uma grande resistência à mudança de alguns professores, que insistem em continuar com os velhos paradigmas.

2- Você acha possível conciliar o ensino da língua com o respeito às variedades linguísticas dos alunos? Como você lida com isso?

P¹: Sim, é possível, mas não é algo tão fácil. Sabemos que a língua padrão/culta não é totalmente correta, só ela tem prestígio, etc. Também é importante o domínio da variedade padrão. Existem outras representações (formas de uso da língua) de utilização, já que o nosso país é rico em culturas diversificadas, cada qual com sua variante linguística. É fato que a língua culta ensinada na escola é para que os alunos tenham maiores chances em exames, vestibulares, etc. E cabe ao professor ser flexível em sala, respeitar a língua coloquial de cada um, e ao mesmo tempo apresentar a norma culta, sem imposições.

P²: Sim! Não podemos desrespeitar as variedades linguísticas, pois a fala é individual e inerente ao ser humano, já a língua é coletiva. A escola deve mostrar o “correto”, isto é, as adequações da fala, sem desrespeitar a fala de cada indivíduo. Lembrando que as adequações da fala dependem do ambiente.

3- Ensinar a língua é também ensinar gramática? Por quê?

P¹: Sim, porque o papel da escola é criar condições para que os alunos aprendam também o que não conhecem, ou até mesmo aquilo com o que não têm tanta familiaridade, e que de certa forma ajuda o professor a direcionar o conhecimento para aquilo que o aluno não sabe. O professor pega o que o aluno sabe através de sua produção (escrita), e passa por um processo de identificação, onde mostra ao educando as regras que devem ser seguidas. A partir daí, pede-se uma reflexão em comparação ao que foi escrito de modo inadequado com o “correto”. Parte da construção, da aceitação, do adequado à determinadas situações.

P²: Não. Porque a gramática é uma norma e a língua é sociocultural. Podemos estudar a gramática ao longo dos onze anos da vida escolar que, ainda assim saímos da escolar sem saber a gramática. Neste caso, o professor deve usar a criatividade para não ensinar a pura gramática que os livros didáticos insistem em pôr como algo primordial. É a teoria X a prática.

4- A legislação e os projetos pedagógicos determinam que o professor de língua respeite as diferenças linguísticas. Você acha que os professores têm formação suficiente para lidar com isso?

P¹: Sinceramente, o professor pode até ter uma formação, mas em mínimas condições. Na realidade, o professor aprende a lidar com certos conceitos e certas diferenças no dia-a-dia de sua prática pedagógica. É através de estudos, troca de ideias com colegas de profissão e também com os próprios “erros”. Deveria ser mais aprofundado o estudo da Língua Portuguesa nas Universidades em todos os cursos, já que dar aula é um ato interdisciplinar, seja qual for a área de formação.

P²: Os professores não têm formação suficiente, principalmente os mais antigos. Os recém-graduados têm mais probabilidades de não ensinar a pura gramática, pois a própria Universidade abre um leque de possibilidades sobre a importância de não ensinar apenas aquilo que está posto nos livros didáticos. O professor deve trabalhar com métodos diferenciados. Uma experiência que tive em relação a isso foi quando comecei a lecionar, na qual todos os professores trabalhavam o ensino da gramática à risca (formação mais antiga) e eu como vinha de uma formação mais recente, com teorias recentes, comecei a trabalhar com métodos diferenciados, usando e testando a criatividade, objetivando o ensino da leitura e da escrita. O caminho é a leitura: é a partir dela que a gramática entra em uso automaticamente.



EDIÇÃO 16 – 2º SEMESTRE DE 2013
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 15/09/2013
ARTIGO APROVADO ATÉ 10/10/2013

